

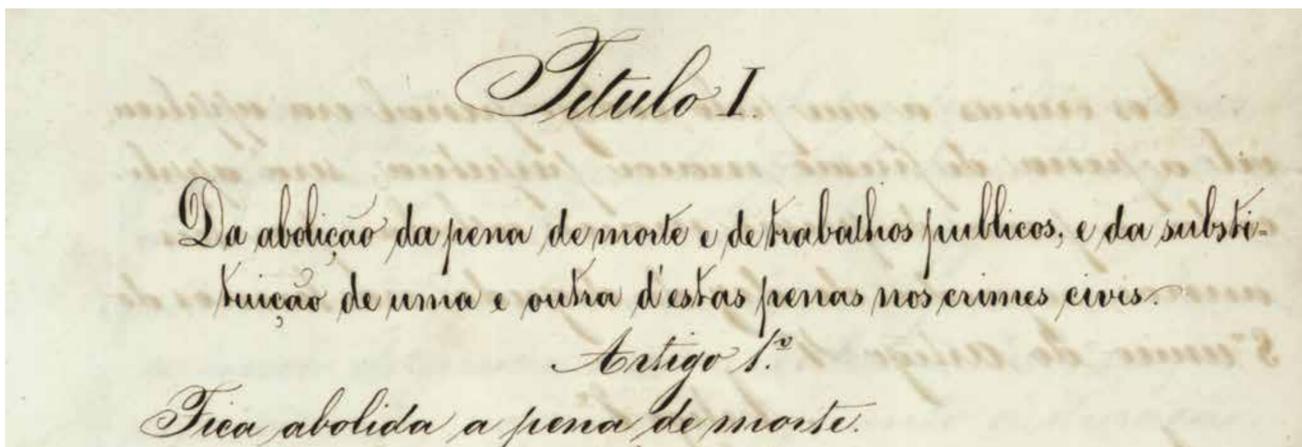
# 1

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

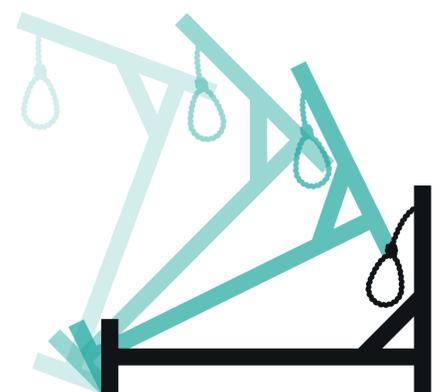
## A Pena de Morte

Uma forma rudimentar de justiça assente num alegado efeito dissuasor sobre a prática de crimes, a ideia de castigo exemplar e o sentido de salvaguarda do bem comum. Uma forma primária de uso praticamente universal desde a Antiguidade. A pena de morte constitui uma punição final, definitiva e irreversível, infligida por uma sociedade a um indivíduo. A forma como passou a ser contestada e acabou por ser abolida em boa parte do mundo, além da evolução de todas as considerações sociais, morais e jurídicas, correspondeu à regressão da própria morte.

Hoje, a luta pela abolição da pena capital é considerada como um aspeto inseparável dos progressos obtidos pelo respeito pela vida humana, uma conquista e uma etapa fundamental na luta pelo respeito universal dos Direitos Humanos. Portugal orgulha-se do seu papel pioneiro na abolição da pena de morte.



Excerto da Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte (1867)



# 2

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

## Corrente Abolicionista

A pena de morte ocupou um lugar importante nos sistemas penais dos países europeus até ao séc. XIX. Segundo o sociólogo e jurista David Garland, a pena de morte corresponde a uma cultura de violência universalmente aceite e consentida.

Com raízes no humanismo racionalista do Iluminismo, muitos juristas defenderam, a partir de finais do séc. XVIII, a elaboração de leis penais mais eficazes, mas também menos severas e mais respeitadoras da dignidade humana do que as executadas até então. A partir de meados do séc. XIX, outros grandes defensores da causa abolicionista surgem, tal como Carl Mittermeier, Charles Lucas ou o escritor Victor Hugo, influenciando as reformas penais, que, com avanços e recuos, se foram fazendo nalgumas nações europeias.

Portugal, com a publicação da Lei da abolição da pena de morte em 1867, torna-se um dos primeiros países a inscrever no seu sistema legal uma lei de abolição da pena de morte para crimes civis, colocando-se na linha da frente dos países pioneiros da causa abolicionista.

## O Primeiro Abolicionista Português

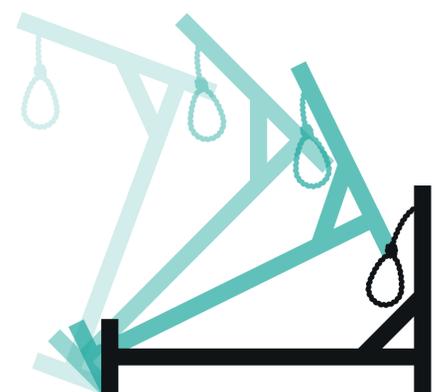
António Ribeiro dos Santos, cujas posições constam de um tratado sobre a pena capital publicado em 1815. Nele, é debatida a pena de morte sob uma dupla interrogação: se a pena de morte é lícita e se é conveniente.

Tentou demonstrar que “a pena de morte não só era desnecessária e inútil, como era contraproducente”. Para o fazer, baseou-se em estatísticas e exemplos históricos para explicar que um sistema de penas mais leves acabava por ser mais eficaz.

Além disso, defendia que era necessário educar os cidadãos, criar costumes e ter uma maior vigilância “porque a morte não serviria de reparação de um dano; porque não serviria para emendar o réu; porque não impediria que outros réus cometessem crimes do mesmo tipo”.



António Ribeiro dos Santos (1745-1818)



# 3

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

## O Pioneirismo de Portugal

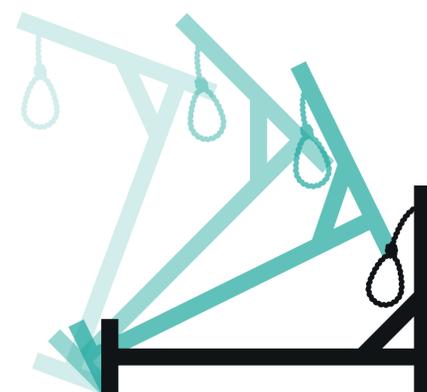
A 27 de fevereiro de 1867, Barjona de Freitas, Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, apresenta, na Câmara dos Deputados, uma proposta de lei sobre a reforma penal das prisões, que contempla a abolição da pena de morte para os crimes comuns.

Na Câmara dos Deputados, o debate sobre a iniciativa tem lugar nos dias 18 e 21 de junho de 1867, com a maioria dos Deputados a acolher favoravelmente a proposta para a abolição da pena de morte.

A 1 de julho de 1867, o rei D. Luís assinou a carta de lei que sanciona o decreto das Cortes Gerais, aprovando a reforma penal e das prisões, com abolição da pena de morte. Esta decisão fez de Portugal um exemplo para outros Estados, já que foi o primeiro país europeu a abolir a pena capital para crimes civis. A abolição para crimes políticos aconteceu uns anos antes, em 1852. A pena para crimes militares só viria a ser abolida pela República, em 1911, tendo sido reintroduzida na 1.ª Grande Guerra. Em 1976, o regime democrático incluiu definitivamente a abolição da pena de morte para todos os crimes.



Augusto César Barjona de Freitas (1834-1900)



# 4

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

## Cronologia

**1852**

Abolida para crimes políticos (Ato Adicional à Carta Constitucional de 5 de julho, sancionado por D. Maria II).

**1867**

Abolida para crimes civis, exceto por traição durante a guerra, em julho em 1867 (Lei de 1 de julho de 1867). A proposta partiu do ministro da Justiça Barjona de Freitas, sendo submetida à discussão na Câmara dos Deputados, onde teve oposição do deputado Manuel Carvalho. Transitou depois à Câmara dos Pares, onde foi aprovada. Mas a pena de morte continuava no Código de Justiça Militar. Em 1874, quando o soldado, João Borda, assassinou o alferes Manuel Bernardo Beirão, levantou-se grande discussão sobre a pena a aplicar.

**1870**

Abolição nas províncias ultramarinas por via de decreto com força de lei, onde se declarava expressamente que é «abolida a pena de morte nos crimes civis em todas as províncias ultramarinas».

**1911**

Abolição para todos os crimes, incluindo os militares, consagrada na primeira Constituição da República Portuguesa de 1911.

**1916**

Readmitida a pena de morte para traição em tempo de guerra. Pela entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial, a garantia constitucional foi alterada, por força da Lei n.º 635, de 28 de setembro de 1916, que definiu o regime de exceção: «quanto à pena de morte, somente o caso de guerra com país estrangeiro, em tanto quanto a aplicação dessa pena seja indispensável, e apenas no teatro da guerra».

**1976**

Abolição total pela Constituição da República Portuguesa de 1976.



# 5

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

A carta de lei de 1 de julho de 1867, abolindo a pena de morte para crimes comuns, foi amplamente noticiada e aplaudida tanto ao nível nacional como ao nível internacional.

Entre as múltiplas reações favoráveis à lei aprovada, destacam-se duas cartas de Victor Hugo:

*«Está pois a pena de morte abolida nesse nobre Portugal, pequeno povo que tem uma grande história! Felicito o vosso parlamento, os vossos pensadores, os vossos escritores e os vossos filósofos. Felicito a vossa nação. Portugal dá o exemplo à Europa. Desfrutai de antemão toda essa imensa glória. A Europa imitará Portugal.»*

Carta de Victor Hugo a Eduardo Coelho, de 10 de julho de 1867

*«Portugal acaba de abolir a pena de morte. Acompanhar este progresso é dar o grande passo da civilização. Desde hoje, Portugal é a cabeça da Europa. Vós, Portugueses, não deixastes de ser navegadores intrépidos. Outrora, íeis à frente dos Oceanos; hoje, ides à frente da Verdade. Proclamar princípios é mais belo ainda do que descobrir mundos».*

Carta de Victor Hugo a Brito Aranha, de 15 de julho de 1867

## Victor-Marie Hugo (1802-1885)

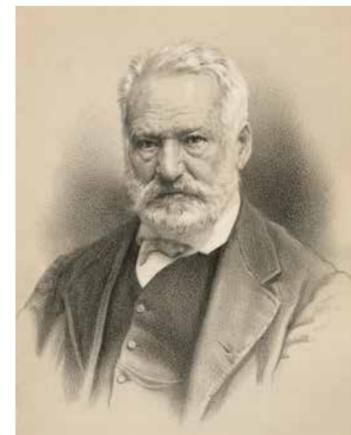
Poeta, romancista, dramaturgo e estadista francês. Autor dos romances, *Os Miseráveis*, *O Corcunda de Notre-Dame*, entre outras obras célebres. É considerado o escritor romântico mais importante de França.

## José Eduardo Coelho (1835-1889)

Escritor, jornalista e tipógrafo português, fundador do periódico *Diário de Notícias*.

## Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914)

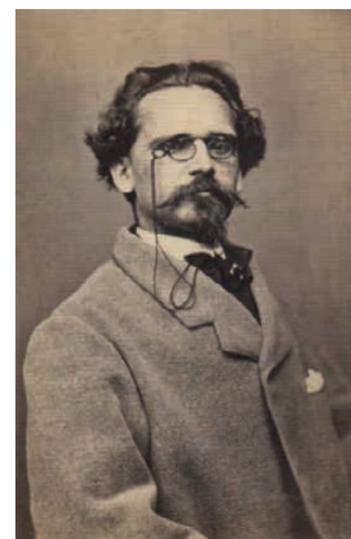
Escritor, jornalista e bibliógrafo português.



Victor-Marie Hugo (1802-1885)



José Eduardo Coelho (1835-1889)

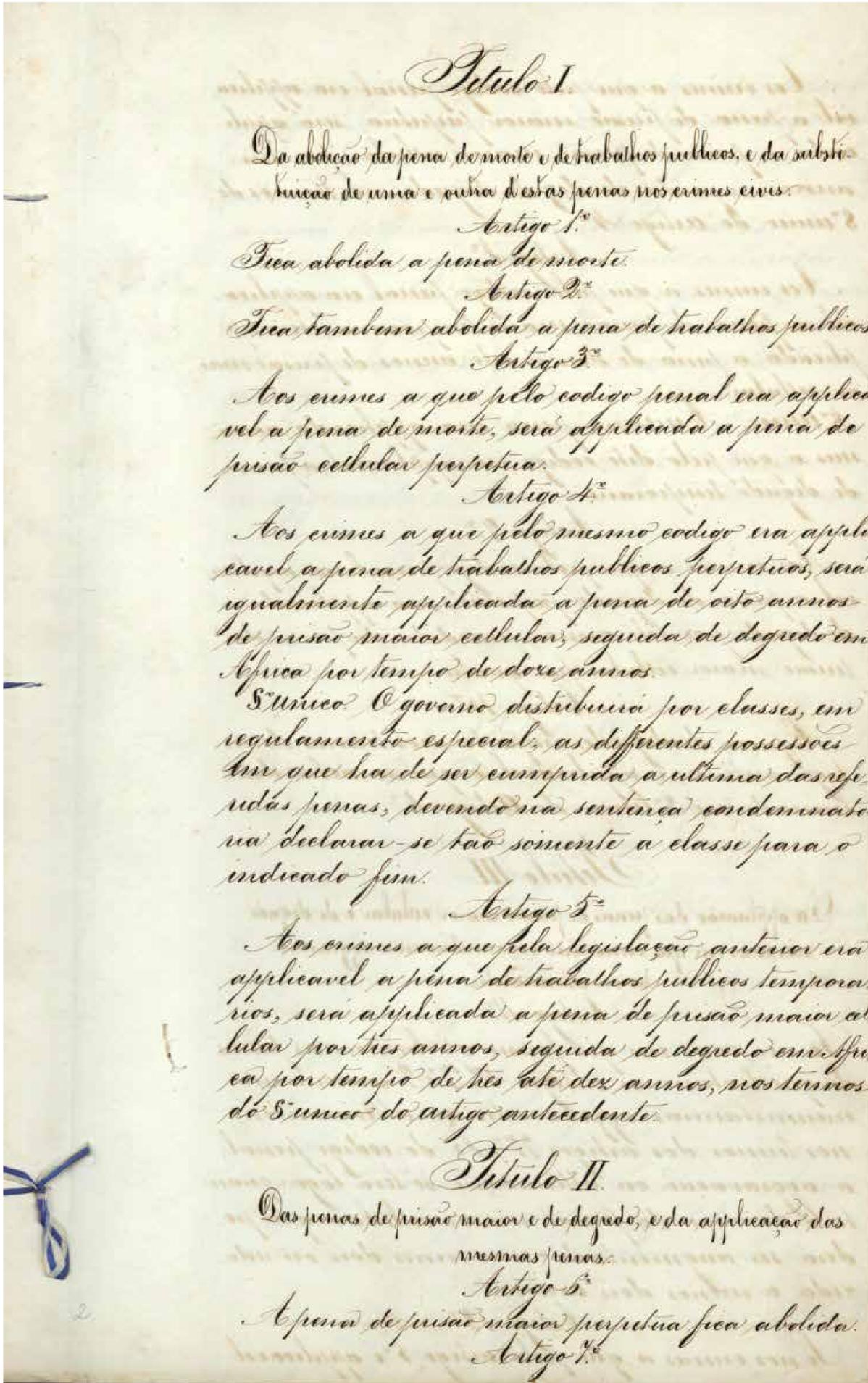


Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914)



# 6

# Abolição da Pena de Morte em Portugal



Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte (1867)

## Marca do Património Europeu

A Carta de Lei de Abolição da Pena de Morte (1867) recebeu, no dia 15 de abril de 2015, a Marca do Património Europeu.

Portugal foi um dos primeiros países a inscrever no seu sistema legal uma lei de abolição da pena de morte para crimes civis, colocando-se na linha da frente dos países pioneiros do desiderato inspirador do filósofo milanês Cesare Beccaria.

A dimensão do ato teve forte impacto no contexto europeu da época. O exemplo de Portugal serviu de argumento aos defensores das correntes abolicionistas de então como o caso de um país que, nascido e herdeiro da mesma tradição histórica e cultural de outras regiões da Europa, teve a coragem de abraçar e aplicar uma reforma de grande alcance civilizacional.

A Carta de Lei de 1867 tem um forte valor simbólico para a Europa, por encerrar em si muitos dos valores e ideais atualmente plasmados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, como os da tolerância e do respeito pela vida humana.

## Dia Europeu Contra a Pena de Morte

A 10 de outubro celebra-se o Dia Europeu Contra a Pena de Morte, uma iniciativa conjunta da União Europeia e do Conselho da Europa, lembrando que a pena de morte é contrária aos direitos fundamentais sobre os quais se alicerçam.



# 7

# Abolição da Pena de Morte em Portugal

## As últimas execuções em Portugal

### Luísa de Jesus

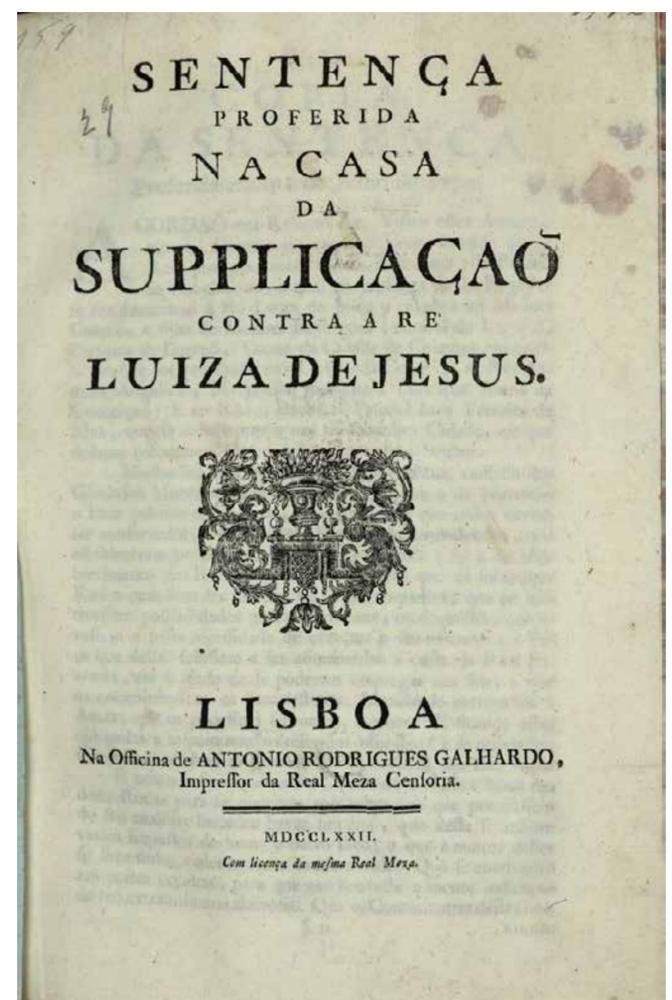
A última execução de uma mulher em Portugal, após tortura e tratamento cruel, teve lugar em 1 de julho de 1772. Com 24 anos de idade, Luísa de Jesus já tinha assassinado 33 crianças recém-nascidas com uma crueldade impressionante.

### José Joaquim, de alcunha «o Grande»

A última execução devida a crimes civis em território português ocorreu em 22 de abril de 1846. José Joaquim, de alcunha “o Grande” foi enforcado em Lagos por que matado a criada do padrinho a tiro.

### João Ferreira de Almeida

A última aplicação da pena de morte em Portugal ocorreu durante a 1.ª Guerra Mundial, em França. O soldado João Ferreira de Almeida, do Corpo Expedicionário Português, após cerca de sete semanas na linha da frente nas trincheiras, no teatro de guerra da Flandres, tentara passar-se para o inimigo, sendo condenado em tribunal de guerra à pena de morte por crime de traição à pátria e executado no lugar de Picantin, na região de Pas-de-Calais, a 16 de setembro de 1917. O seu corpo está enterrado no cemitério militar português de Richebourg, juntamente com outros 1831 combatentes.



Frontispício da publicação da sentença da Casa de Suplicação (1772)

